

Profissionalização, Educação e Contextos Sociais: Reflexões sobre Programa **Mulheres Mil** no Câmpus Ibirubá



Alunas do Programa Mulheres Mil do Câmpus Ibirubá

Migacir Trindade Duarte Flores
Raquel Lorensini Alberti
Cláudia Regina Costa Pacheco

Refletir sobre a educação significa, antes de tudo, refletir sobre a forma de organização do trabalho humano pelo qual se faz essa educação. Neste sentido, segundo Pasqualotto (2006), devemos primeiramente compreender que ela não se explica por si mesma, mas pelas transformações materiais que ocorrem na sociedade. A explicação do porque, do como e do que se ensina depende da época e do lugar em que ocorre o processo educativo. As necessidades educativas são determinadas pelas relações que os indivíduos estabelecem entre si e com a natureza para produzirem a sua existência.

Uma economia, como a do Brasil, apoiada na dependência de tecnologia e capitais das grandes corporações internacionais, dificilmente conseguirá construir um projeto genuinamente nacional, sem a participação do conjunto da sociedade. Além de um desafio político-econômico para a construção de projeto nacional, a dependência se apoia e enseja uma peculiar espécie de educação, por uma formação técnica e (anti) política que marginaliza amplas camadas da população brasileira de qualquer envolvimento efetivo nos rumos do país.

O Programa Mulheres Mil está inserido no conjunto de prioridades das políticas públicas do Governo do Brasil, especialmente nos eixos promoção da equidade, igualdade entre sexos, combate à violência contra mulher e acesso à educação. O Mulheres Mil está estruturado em três eixos - educação, cidadania

PROJETOS

e desenvolvimento sustentável - o programa possibilitará a inclusão social, por meio da oferta de formação focada na autonomia e na criação de alternativas para a inserção no mundo do trabalho, para que essas mulheres consigam melhorar a qualidade de suas vidas e das de suas comunidades.

Existe outro tipo de sociedade que pode ser buscada. Uma sociedade em que o ser humano e suas relações como centro e na qual a tecnologia esteja submetida a uma racionalidade ética no lugar de estar a serviço exclusivo do mercado. Nessa sociedade, a “educação” deve estar voltada para a busca de soluções aos problemas das pessoas e das comunidades menos favorecidas na perspectiva de uma sociedade socialmente justa.

A construção de um projeto nacional e uma sociedade justa, não depende exclusivamente da educação, mas de um conjunto de políticas que se organizam, se articulam e se implementam ao longo de um processo histórico, cabendo à educação importante função neste processo de construção. A escola deve “dar condições”, para promover a emancipação política do aluno, respeitando os contextos sociais.

A educação, segundo Bitencourt da Silva (2005), pode contribuir tanto para a formação de indivíduos orientados pelos valores da liberdade, da igualdade e da capacidade de criação e inovação do conhecimento quanto para a formação de indivíduos condicionados a aceitarem uma ordem social iníqua, e impróprios à criação e à inovação. Um país, como o Brasil, dramaticamente dependente do exterior e dominado por estratos sociais notoriamente envolvidos por uma capa oligárquica e conservadora, manifesta uma clara opção pela segunda alternativa de formação da maioria de sua população.

Aceitar e “ordem social”, no que se refere à educação, trata-se de fazer com que as escolas preparem melhor seus alunos para a competitividade do mercado e se constituam em veículos de transmissão das ideias que proclamam as excelências do livre mercado da livre iniciativa. E aí que entra o papel fundamental dos educadores, conforme destaca Pinto da Silva (2008:11):

A educação escolar, no contexto da sociedade atual, pode contribuir para a sua transformação. Precede, contudo, a superação do trabalho alienado por parte do próprio professor. Com isso negamos a tese que toma a educação escolar como necessariamente reprodutora da sociedade capitalista. A consciência desta tese é necessária

para que os antídotos a ela sejam criados. Um processo de conscientização que se dá mediante análise das condições vigentes de exploração, partindo da consciência da alienação. Não se trata de mera iluminação intelectual. É um processo dialético: nele resguarda-se a indissociabilidade entre teoria e ação, a possibilidade de formulação e não apenas execução.

De modo geral a escola incentiva os alunos a estudar cada vez mais, visando uma vida melhor, do ponto de vista financeiro. Há, ainda, uma tentativa crescente de incorporação dos métodos de gerenciamento do espaço escolar, aplicando na escola, por exemplo, a “gerência de qualidade total”, que corrobora o atrelamento da escola ao sistema capitalista, perspectiva em voga na década de 1990, mas que persiste até os dias atuais. A escola não pode ser “tratada” como uma empresa e os alunos como clientes. Neste sentido Penteadó [et. all] (:05-06) ressalta:

A preocupação com a educação é sempre na perspectiva de reprodução e alimentação do sistema, nunca de contestação do status quo. A escola assim, torna-se um artefato que está sempre a serviço do capital, ou melhor, do processo de acumulação do capital, contribuindo para propagar uma conformidade que torna aceitável a tentativa de perpetuação da perversidade da divisão das classes sociais. Assim, a educação, que poderia contribuir de forma significativa para um processo lento, mas possível, de transformação, acaba ficando, tristemente, como responsável para abastecer de conhecimentos técnicos o capital humano imperioso para o sistema produtivo, sendo desta forma cooptada pelos interesses das classes privilegiadas (empresários e capitalistas).

A relação entre educação e trabalho pode-se observar claramente na frase de Mészáros, apud Carvalho Moura (2008:11): “[...] diga-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi onde está a educação.” Marx se preocupava com a questão da alienação do homem. Procurava discutir a injustiça social que havia no capitalismo, se tratando de um regime econômico de exploração, sendo a mais – valia uma grande arma do sistema.

Desta forma, segundo Inocente Oliveira (2008), a educação, que procura adaptar os

indivíduos à sociedade contemporânea, pode estar defendendo uma forma de organização social que aliena os indivíduos da sua condição de seres humanos, transmitindo valores de uma lógica de mercado. As políticas públicas de educação segundo a mesma autora podem estar promovendo:

A educação pública não pode ser pensada na dimensão de se adequar a conjunturas, pois estas são expressões efêmeras do mundo. Ela deve ser entendida como possibilidade de enfrentamento das crises históricas e construção de alternativas que sirvam como soluções para as necessidades humanas e sociais de cada tempo, ou seja, não pode submeter-se a essa transitoriedade ou à lógica do mercado. Nesse sentido o professor tem a função social de produção de conhecimento e de crítica social.

Diante deste cenário precisamos empreender esforços para pensarmos a educação tendo em vista a formação humana plena, superando assim a lógica do sistema capitalista, que propaga a competitividade e o lucro exacerbado. Precisamos pensar em uma educação que venha a contribuir para a emancipação, tendo em vista a imaterialidade do conhecimento, que não é uma mercadoria que possa ser posta em negociação mercadológica.

O Programa traz possibilidades aos trabalhadores no que se refere aos meios de sobrevivência e no acesso à educação, demonstrando as contradições entre capital e trabalho e a necessidade de transformação desta sociedade para a defesa dos interesses da classe trabalhadora. Para isso os educadores devem estar preparados, porque muitas vezes, os próprios professores, foram formados para atender as demandas do mercado, e dessa forma não conseguem reconhecer o papel da escola em formar um cidadão crítico que contribuía para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Sendo assim, cabe destacar a relevância de se pensar tais relações através da Metodologia Reconhecimento de Aprendizado Prévio, identificadas pelos registros elaborados no desenvolvimento do Programa Internacional Mulheres Mil.

O currículo do Programa possibilita a inclusão social, por meio da oferta de formação focada na autonomia e na criação de alternativas para a inserção no mundo do trabalho, para que essas mulheres consigam melhorar a qualidade de suas vidas e das de suas comunidades. O Mulheres Mil se propõe a abandonar a formação profissional limitada para o mercado de trabalho e assumir uma perspectiva de integralidade das dimensões

ética e humana, formando Mulheres competentes técnica, ética e politicamente, com elevado grau de responsabilidade social, e criando, dessa forma, um novo perfil para o saber fazer saber, para o mundo do trabalho.

Talvez o desafio maior para que o programa não se condicione a lógica do mercado, esteja a cargo dos educadores, ou seja, é preciso que o educador saiba fazer da educação, uma alavanca essencial para a mudança, e não apenas um instrumento de “capacitação” para o mercado, tendo o trabalho coletivo, a proposta política pedagógica como cerne do seu fazer docente.

A escola deve estar preparada não para formar a mulher para o mercado de trabalho, mas deve se voltar para a formação de uma mulher crítica e consciente de suas ações, enquanto cidadão político que luta por uma sociedade igualitária e faz valer os seus direitos. Dito de outra forma, a escola precisa ter meta principal a apropriação do conhecimento pelo sujeito, formando cidadãos políticos, que sejam capazes de participar ativamente da transformação social.

Isso não quer dizer que a escola não deva contribuir para formar para o trabalho, porém, não para o trabalho alienado. A escola precisa oferecer aos alunos o conhecimento sistematizado para que estes possam interagir no mundo do trabalho, compreendendo as relações de poder e de opressão que se tecem, de forma a atuarem futuramente como agentes de transformação e não apenas como sujeitos passivos que se deixam sobrepujar pelo sistema. A escola deve não deve preocupar-se em formar mão de obra para o “mercado de trabalho”, mas sim, formar um cidadão/trabalhador que tenha possibilidades de sobrevivência num sistema perverso que visa à acumulação de capital na mão de poucos.

O Câmpus Ibirubá do IFRS aderiu ao Programa Mulheres Mil no final de 2011 e tem procurado respeitar a diversidade a partir da análise do contexto social, para tanto utiliza-se da análise dos questionários de acesso, mapas da vida e os portfólios. Esses instrumentos permitem a análise do contexto social de cada aluna envolvida, radiografando suas peculiaridades, expectativas e necessidades. A seguir são apresentadas algumas “amostras” que por sua vez legitimam o programa.



Figura 1 - Mapa da vida - aluna semianalfabeta

PROJETOS

Observa-se no desenho expresso pela aluna do programa (Figura 1), que é semianalfabeta, que almeja aprender a utilizar o computador.

Figura 2 – Mapa da vida – aluna semianalfabeta

A aluna tenta expressar na escrita que através do Programa Mulheres Mil está aproveitando uma chance para ajudar a família (Figura 2). Mesmo com todas as dificuldades se reconhece o desafio enfrentado pela aluna além da importância que o programa representa para a mesma. Observa-se que por vezes há certo “medo” de voltar à escola. Muitas inclusive, dizem “não acreditar que são alunas de uma instituição federal”.

Figura 2 – Mapa da vida – aluna semianalfabeta

A Figura 3, do pouco que se possa “traduzir” é possível perceber que ela expressa uma trajetória complexa, mas tem esperança e vontade de mudar de vida.

As Figuras 1, 2 e 3 expressam a vontade de “aproveitar” a oportunidade para melhorar com de vida, para tanto, conseguir um “trabalho”. A “escola” precisa ser grande o suficiente para “abarcá” a diversidade do nível de escolaridade e não cometer o mesmo, ou seja, excluir novamente. Logicamente, apesar de acreditar no papel da escola, em promover a transformação social, reconhece-se as dificuldades encontradas particularmente no interior da escola, quando educadores e alunos acreditam que a escola deva trabalhar em consonância com a lógica do sistema. Sendo assim, precisamos nos arriscar em discussões e reflexões que apontem um norte para a superação do estado geral da injustiça social que reserva para a maioria, o trabalho alienado.

Para entender a diversidade que constitui o percurso desses sujeitos, é importante considerarmos: os conhecimentos construídos em diversos espaços de socialização além do muro da escola; o desejo de serem ouvidas; as mais variadas identidades e pertencimentos sejam eles culturais, de gênero, religiosos,

sociais e econômicos; códigos de linguagem e comunicação e os valores distintos.

Excluídas do ensino regular, e/ou não se adequando ao sistema de ensino proposto, distantes da escola por alguns anos trazem consigo vivências que acarretam diretamente seu processo de ensino e aprendizagem. Identidades construídas no decorrer de suas caminhadas, recheadas de sonhos, encantos, frustrações, vontades e ideias. O programa Mulheres Mil procura contemplar essa diversidade motivando que ela seja ressignificada pelos próprios sujeitos. O programa representa uma busca de efetivar um caminho de desenvolvimento de todas as alunas para tanto procuramos, atualizar conhecimentos, mostrar habilidades, trocar experiências e possibilitar o acesso a novas culturas construídas cotidianamente.

As Figuras 4, 5 e 6 a seguir denotam a grande expectativa

Figura 4 – Trecho fdo mapa da vida de uma aluna

O trecho (Figura 4) denota explicitamente que o papel da escola não se resume a transmitir conhecimento, mas também e talvez principalmente atender as demandas, expectativas e sonhos.

Figura 5 – Trecho fdo mapa da vida de uma aluna

A aluna deseja participar do programa para “ser valorizada”, “se sentir útil” (Figura 5). Para tanto, é preciso compreender a educação como um fenômeno humano produzido em situações sócio-históricas, num processo de conquistas e elaborações sociais de significados. Sendo assim o Programa Mulheres Mil deve ser entendido não apenas como resgate da oportunidade perdida, mas como possibilidade real de inclusão. Deste modo, negava-se a história e o saber social do trabalhador e valorizava-se o conhecimento escolar que se transferia intacto do ensino regular para

o supletivo – com a função de suprimento, suplência, qualificação e aprendizagem.

Eu espero que seja bom para
mim só, em empregos para
pedir em outros e trabalhar
no método de trabalho.
+ seja muito feliz.
Eu espero de mim uma pessoa
viva na sociedade com uma
pessoa esforçada para poder
mudar de vida.

Figura 6 – Trecho do mapa da vida de uma aluna

Observa-se que ações que nos parecem simples por fazerem parte de nosso cotidiano, poderão transformar a realidade de muitas cidadãs, que não tiveram oportunidade. Nesse sentido, o Programa Mulheres Mil se constitui em uma política que pretende “reparar as falhas” cometidas pelo próprio Estado, ao obedecer “aos comandos do mercado” em períodos anteriores. Neste sentido, observamos que o Mulheres Mil visa “corrigir” os males causados ao público adulto feminino pela exclusão propiciada na sociedade capitalista, seja por esta não ter lhes permitido o acesso à escolarização na idade própria e/ou por não ter concedido a oportunidade de exercer um trabalho rentável, que lhes permita condições dignas de sobrevivência.

REFERÊNCIAS

BITENCOURT DA SILVA, Roberto. (2005). Sobre a educação voltada à conservação da

dependência. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/vinteeseite/roberto_bitencourt_27.htm>. Acesso em: 27 agosto 2009.

CARVALHO MOURA, Aline de. A educação e o alienado consenso à ordem do capital. (2008) Disponível em: <<http://www.uff.br/iacr/ArtigosPDF/83T.pdf>>. Acesso em: 5 setembro 2009.

INOCENTE OLIVEIRA, Ana Fernanda. Educação e trabalho: a descaracterização da instituição escolar como espaço de socialização de conhecimento – suas causas e seus impactos na sociedade brasileira contemporânea. In: VI Seminário do Trabalho: Trabalho, Educação e Economia no século XXI, 2008, Marília. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/anafernandainocenteoliveira.pdf>>. Acesso em: 2 setembro 2009.

PASQUALOTTO, Lucyelle Cristina. Capitalismo e Educação. Revista Faz Ciência, 08,01 (2006) pp. 325-342 UNIOESTE. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/viewFile/354/267>>. Acesso em: 26 agosto 2009.

PENTEADO, Flávia dos Reis ; TSUKUDA, J. ; RUIZ, Maria José F. Os Reflexos do Sistema Capitalista no Âmbito Escolar. In: VI Seminário do Trabalho: Trabalho, Educação e Economia no século XXI, 2008, Marília. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/flaviareispenteadojulietasukudamariajoseruiz.pdf>>. Acesso em: 22 outubro 2009.

PINTO DA SILVA, Vandeí. Trabalho e formação humana no marxismo e na educação. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/vandeipintodasilva.pdf>>. Acesso em: 26 agosto 2009.

Migacir Trindade Duarte Flores é diretora geral do Câmpus Ibirubá do IFRS.

Raquel Lorensini Alberti é gestora do Programa Mulheres Mil do Câmpus Ibirubá do IFRS.

Cláudia Regina Costa Pacheco é gestora do Programa Mulheres Mil do Câmpus Ibirubá do IFRS.

PROJETOS